

# **RESOLUÇÃO DO PLENÁRIO DE REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES FERROVIÁRIOS**

**3 Novembro 2015 – 10h30 – Assembleia da República**

1. As eleições do passado dia 4 de Outubro encerram um ciclo político caracterizado pelo total desprezo pelo serviço público de transporte ferroviário, por um brutal ataque aos Direitos sociais e laborais dos trabalhadores e utentes esvaziando desta forma a componente social do caminho-de-ferro. Medidas que marcaram um inaceitável retrocesso civilizacional no que à mobilidade sustentável de pessoas e bens diz respeito.
2. Foi um período em que os trabalhadores e reformados ferroviários viram os seus rendimentos severamente diminuídos, agravado por uma redução de efectivos que degradou as condições de trabalho e a qualidade do serviço. Os trabalhadores viram vários direitos usurpados quer por via de normas do Orçamento do Estado, como o Direito histórico de “concessão” de viagem, quer por decretos como o DL133/2013. Viram ainda afastadas matérias importantes da Contratação Colectiva de que destacamos, o direito a diuturnidades, o direito à progressão salarial decorrente das avaliações profissionais e o direito à justa remuneração do trabalho extraordinário.
3. As eleições de 4 de Outubro encerram um período em que se acentuou a política de destruição do caminho-de-ferro. Desde logo pelo brutal aumento das tarifas e redução de serviços que afastou 21 milhões de passageiros (menos 17% em 4 anos). Pela fusão da REFER com as ESTRADAS DE PORTUGAL com o fim de retirar as concessões de serviço público ferroviário da CP, desbaratar património ferroviário, colocando em risco a segurança da circulação. Desinvestiu-se na EMEF levando à degradação extrema do material circulante, de que a Linha de Cascais é exemplo. Avançou-se com a privatização da CP-Carga, um activo estratégico do país, processo em que se entrega património público ferroviário num valor que ultrapassa em mais de 50 vezes o valor que o Estado recebe pela venda da empresa.
4. No dia 4 de Outubro, os portugueses disseram **Não** à política de austeridade elegendo uma nova maioria à qual, necessariamente, tem de ser exigida uma nova política.

Assim os representantes dos trabalhadores ferroviários, reunidos em Lisboa, no dia 3 de Novembro de 2015, em frente à Assembleia da República, decidem:

- a) **Repudiar todas as manobras que visam adulterar os resultados eleitorais e manter no governo uma minoria cujo objectivo é o de perpetuar políticas que os trabalhadores, pela luta e pelo voto, disseram não;**
- b) **Reclamar da nova maioria na Assembleia da República que tome a iniciativa de:**
  - b.1. Reverter a fusão da REFER com as Estradas de Portugal, promovendo o retorno a uma empresa pública, una, todas as empresas resultantes da fragmentação da CP;***

***b.2. Investir em meios humanos e materiais da CP, nomeadamente através da contratação de mais efectivos e da aquisição de material circulante novo para a linha de Cascais e para o serviço regional diesel;***

***b.3. Parar o processo de privatização em curso na CP-Carga;***

***b.4. Adotar medidas que visem dotar a EMEF dos meios técnicos, humanos e financeiros com vista a garantir a manutenção e reparação do material circulante com qualidade e segurança, podendo ainda assumir a construção de material circulante;***

***b.5. Elaborar de um Plano Nacional de Transportes, que assente num sistema ferroviário como a sua espinha dorsal, e que tenha em conta os interesses de desenvolvimento integrado do país, as reais necessidades da economia e as necessidades de mobilidade das populações em todo o território nacional;***

***b.6. Revogue o Decreto-lei 133/2013 e todas as normas do Orçamento do estado que roubam salários, retiram o direito ao transporte ferroviário de trabalhadores e reformados e que suspendem a Contratação Colectiva;***

**c) Manifestar apoio a todas as formas de luta em desenvolvimento, ou que venham a ser convocadas que tenham como objectivos:**

- ***O fecho definitivo de uma política que empobreceu trabalhadores e reformados e que roubou direitos a quem trabalha ou já trabalhou;***
- ***Uma política alternativa que sirva o país, os trabalhadores, os reformados assente numa justa distribuição da riqueza, que valorize os salários e respeite e aprofunde os direitos laborais e sociais.***

Lisboa, 3 de Novembro de 2015

CT da CP – Comissões de Trabalhadores da CP

CT da EMEF – Comissão de Trabalhadores da EMEF

CT da CP-Carga – Comissão de Trabalhadores da CP-Carga

CT da IP – Comissão de Trabalhadores das Infraestruturas de Portugal

FECTRANS – Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações

SNTSF – Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário

SINAFE - Sindicato Nacional dos Ferroviários do Movimento e Afins

ASCEF - Associação Sindical das Chefias Intermédias de Exploração Ferroviária

SNAQ - Sindicato Nacional de Quadros Técnicos

SINFESE - Sindicato Nacional dos Ferroviários Administrativos, Técnicos e de Serviços

ASSIFECO - Associação Sindical Independente dos Ferroviários da Carreira Comercial

SENSIQ - Sindicato de Quadros

SIOFA - Sindicato Independente dos Operacionais Ferroviários e Afins

Contacto: FECTRANS - Avenida António José de Almeida, 22 - 1049-099 Lisboa

[fectrans@fectrans.pt](mailto:fectrans@fectrans.pt) \* Tel: 218 453 466 \* Fax: 218 453 469

